

I REUNIÃO DA COMISSÃO PERUANO-BRASILEIRA DE INTERLIGAÇÃO VIÁRIA E

ZONAS FRANCAS

Na cidade de Brasília, nos dias 26 e 27 de setembro de 1989, efetuou-se a instalação e a Primeira Reunião da Comissão Peruano-Brasileira de Interligação Viária e Zonas Francas, criada no âmbito da Comissão de Coordenação Peruano-Brasileira.

A Delegação do Peru foi presidida pelo Ministro Jorge Voto Bernales Gatica, Diretor de América I da Sub - Secretaria de Política Bilateral do Ministério das Relações Exteriores

A lista completa dos participantes de ambas delegações consta dos anexos I e II à presente Ata. A instalação contou com a participação do Embaixador do Peru no Brasil, Hugo Palma Valderrama. O Chefe da Delegação do Brasil, Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães, ao dar as boas vindas à Delegação do Peru, transmitiu seus melhores votos pelo êxito dos trabalhos da Comissão que se instalava, de vez que constitui manifestação da vontade dos governos do Brasil e do Peru de estabelecer um mecanismo idôneo para o desenvolvimento da interligação viária a partir do assinalado no Acordo de 1981, subscrito e devidamente aprovado por ambos Governos.

Em seguida, fez uso da palavra o Embaixador Hugo Palma, que expressou a satisfação do Governo peruano com o estabelecimento da Comissão, que significa um passo concreto no tratamento da interconexão viária, de fundamental importância para o desenvolvimento da cooperação e integração fronteiriça entre ambos países e a nível latino-americano. Manifestou, igualmente, que à Comissão interessa conhecer, no âmbito institucional dos Governos, o desenvolvimento de todos os assuntos relativos a esta interconexão e os ajustes complementares que atenderão aos aspectos derivados de sua utilização.

Sob a Presidência do Chefe da Delegação do Brasil, teve início a Primeira Sessão Plenária.

JUB 5-

Em seguida, aprovou-se a Agenda da Reunião, que consta como Anexo 3 à presente Ata.

Em nome de sua delegação, o Ministro Voto Bernales fez uma apreciação inicial do desenvolvimento de cada um dos pontos da agenda. Quanto ao intercâmbio de informações, ressaltou que, na abordagem do tratamento da Interligação deveria ser levada em consideração a existência de várias alternativas para o traçado no território peruano, já que o único trecho definido até o momento era o de Iñapari a Porto Maldonado. Em consequência, seria necessário identificar a rota mais adequada para chegar a um ponto final no Pacífico. Também enfatizou que, em qualquer das alternativas, a interconexão no Peru requereria importantes obras de construção de novas vias, bem como o melhoramento e a reabilitação de outras. Referiu-se, ademais, à consideração que se deve dar à situação e capacidade potencial dos portos para o tratamento da carga.

Com relação ao estudo de viabilidade, recordou que os Presidentes, em sua Declaração Conjunta de maio de 1989, haviam - se comprometido a iniciar as ações previstas no Acordo de Interligação Rodoviária de 1981, dentre as quais destacava-se a execução de estudos. Manifestou que o caráter integral desses estudos referia - se não somente à avaliação das rotas alternativas, em função dos custos, mas também à incorporação de novos espaços geográficos às respectivas economias, o que reforçaria a relação custo-benefício com vistas a dar maior sustentação econômica à obra.

Informou, finalmente, a respeito da questão das Zonas Francas, que se encontra em discussão um projeto de lei sobre o tema no Parlamento peruano, destinado a criar o marco legal do qual derivariam, possivelmente, os acordos bilaterais sobre os diferentes regimes de facilidades, entre eles os depósitos francos e as zonas industriais para a exportação. Manifestou o interesse de sua delegação em receber informações sobre a experiência do Brasil na matéria.

O Chefe da Delegação brasileira teceu, em seqüência, alguns comentários de ordem geral sobre os temas da agenda. Ressaltou que o Governo brasileiro deseja concluir, nos menores prazos possíveis, o processo de interconexão viária com o Peru. Mencionou, assim, a concordância em se atribuir, nas atuais circunstâncias, prioridade ao esquema de integração acordado no Convênio de 1981. Tal

JAB 57

Tal prioridade, entretanto, não exclui para a Delegação brasileira a possibilidade de examinar com as autoridades peruanas outras alternativas de interconexão, em especial a que ligaria a cidade brasileira de Cruzeiro^{do Sul} com a peruana Pucallpa. No que se refere aos temas I e II da Agenda, o Chefe da Delegação brasileira lembrou a clara interconexão existente entre a rodovia propriamente dita e os pontos finais da mesma no lado do Pacífico. Era, assim, fundamental que a questão dos portos do Pacífico em território peruano fosse cuidadosamente examinada com vistas à determinação final do traçado da estrada. Mencionou a necessidade de se procurar fórmulas adequadas de financiamento para o estudo de factibilidade, bem como o cuidado necessário com as questões do meio-ambiente. Sugeriu a conveniência de se estabelecer o cronograma para as atividades futuras da Comissão.

No que se refere às zonas francas, o Chefe da Delegação brasileira lembrou que não existe precedente na legislação brasileira de zonas francas binacionais. Tal iniciativa exigiria, certamente, esforço importante de harmonização de legislações. A Delegação brasileira estava, no entanto, pronta a aprofundar o assunto a nível de Grupo de Trabalho, não afastando a hipótese de concessão recíproca de depósitos alfandegados em território brasileiro e peruano.

Para a abordagem dos pontos da Agenda, acordou-se a formação de dois Grupos de Trabalho:

- a) Interligação viária, e
- b) Zonas francas.

No dia 27 de setembro realizou-se a Segunda Sessão Plenária, durante a qual foram alcançados os seguintes resultados:

TEMA I A Delegação do Brasil discorreu detalhadamente sobre a vinculação de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, à rede viária nacional até os portos brasileiros no Atlântico, e sobre o estado das estradas dessa capital até Rio Branco, Brasiléia e Assis Brasil, no Estado do Acre. A esse respeito, entregou informações escritas à Delegação peruana. A Delegação do Peru indicou verbalmente as alternativas de interconexão a partir de Porto Maldonado e entregou à Delegação do Brasil mapas rodoviários do Peru e os diagramas

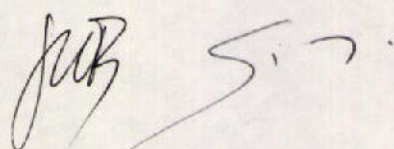
diagramas viários dos Departamentos do sul do país, ressaltando as rotas que poderiam formar parte da interconexão. Outrossim, entregou informação documentada sobre as facilidades atuais de operação dos portos de Ilo e Matarani. Fez, igualmente, referência às possibilidades de transporte intermodal rodo-ferroviário.

TEMA II Ambas Delegações sugeriram que, para realizar os estudos, será conveniente tentar reduzir e destacar as opções a algo em torno de duas alternativas. As duas Delegações reiteraram a importância dos diagnósticos que vêm sendo efetuados por missões técnicas ao Peru coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação, conscientes da importância do desenvolvimento da zona fronteira brasileira-peruana, com vistas ao desenvolvimento regional integrado do Estado do Acre e do Departamento de Madre de Dios.

TEMA III A Delegação do Peru assinalou o interesse em vincular o processo de interconexão viária ao estabelecimento de zonas francas em alguns dos pontos da referida interconexão, informando sobre o Decreto-Supremo 071/89, de 1/9/89, que outorga facilidades de comércio para uma Zona de Tratamento Especial de Tacna com a finalidade de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de Moquegua-Tacna-Puno destinado a estabelecer uma maior vinculação com as regiões fronteiriças do Brasil através do Departamento de Madre de Dios. Mencionou, ainda, que o Congresso peruano estuda, no momento, o Projeto de Lei de Base de Zonas Francas e Zonas de Tratamento Especial, para fomentar a criação de polos de desenvolvimento industrial voltado para a exportação, e estimular a integração.

A Delegação do Brasil ressaltou que a proposta do estabelecimento de zonas francas partiu do Governo peruano, e mencionou a possibilidade de que a ação correspondente se restrinja à criação de armazéns alfandegados.

Em seguida, a Delegação brasileira entregou a legislação vigente sobre a Zona Franca de Manaus e sobre a criação das Zonas de Processamento de Exportação, assinalando as diferenças específicas entre ambos esquemas. A Delegação brasileira expressou, outrossim, a disposição do Ministério do Interior, ao qual se vincula a SUFRAMA, de cooperar no que se refere à organização e instalação de Zonas Francas, já que, no presente momento, ambas as instituições estão executando programas de apoio a terceiros países.



A Comissão examinou os resultados dos Grupos de Trabalho e aprovou as seguintes

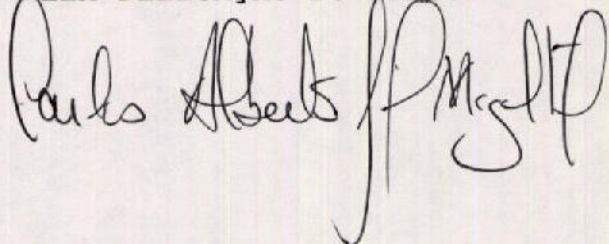
Recomendações:

1. Que a parte peruana defina um número reduzido de alternativas de traçado da rota de interligação viária com o Brasil, com vistas a um estudo de viabilidade.
2. Explorar conjuntamente as possibilidades de transporte intermodal a partir do Departamento de Puno, até a costa do Pacífico.
3. Propiciar uma reunião técnica bilateral que examine as facilidades atuais e potenciais para o tratamento de carga nos portos de Matarani e Ilo.
4. Recomendar aos dois Governos que, tendo em vista os parâmetros acima, busquem conjuntamente os meios de financiamento adequados aos estudos de viabilidade das alternativas de interligação.
5. Estabelecer um Grupo de Trabalho para examinar as formas de cooperação brasileira e peruana para o desenvolvimento e instalação de Zonas Francas no Peru e analisar as modalidades e locais para a concepção de facilidades recíprocas, em função do comércio, o desenvolvimento integrado e da complementação econômica.
6. Elaborar um cronograma para registrar os avanços dos trabalhos da Comissão. Sobre o assunto, ambas Delegações concordaram em convocar, no primeiro semestre de 1990, as reuniões técnicas previstas nos itens 3 e 5 acima.

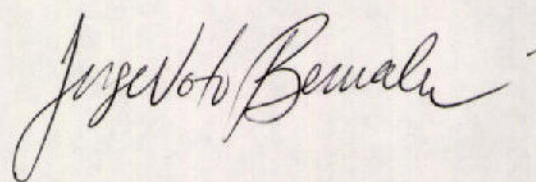
A Comissão concordou que o lugar e a sede da próxima reunião serão determinadas por via diplomática.

Feito em Brasília, aos 27 dias do mês de setembro de 1989, em duas vias, em língua portuguesa.

PELA DELEGAÇÃO DO BRASIL:



PELA DELEGAÇÃO DO PERU:



A N E X O N º 1

PARTICIPANTES PELO BRASIL:

Carlos Alberto Simas Magalhães	DAM-II/MRE
Silvio Romero Granville	SAM/MINTER
Eduardo G. Affonso Penna	DAM-II/MRE
José Belizario Nunes	SAM/MINTER
Márcia Donner	DHM/MRE
Renato Antonio Henz	MA/CINGRA/DIRIN
Otacílio Rodrigues de Assumpção	DNER
Jayme Corrêa de Sá	Rep.do Governo Estado Acre
Hermes Ricardo Matias de Paula	SADEN/PR
Ricardo Torres de Castro	ABC/MRE
Jamil da Silva	SUFRAMA
Ailton Meireles de Sousa	MF/SRF
Magdo Soares	STR/MT
Cynthia Mendonça	SCAI/MT
Luzenildo Almeida de Sousa	STR/MT
Edison Carlini	SADEN/PR
Priscilla de A. Castro Argolo	ABC/MRE

Jun

Si

ANEXO Nº 2

DELEGAÇÃO DO PERU:

- Ministro Jorge Voto Bernales Gatica, Diretor de América I da Sub-Secretaria de Política Bilateral do Ministério das Relações Exteriores.
- Ministro -Conselheiro Marco Carrión, da Embaixada do Peru em Brasília
- Primeira Secretária Ana Marina Alvarado de Días, Chefe do Departamento do Brasil e do Tratado de Cooperação Amazônica do Ministério das Relações Exteriores.
- Segundo Secretário Thierry Roca-Rey, da Embaixada do Peru em Brasília.

JVB
5-2

A N E X O N º 3

AGENDA

1. - Intercâmbio de informações sobre o estado em que se encontram os diversos trechos da estrada que interligará o Brasil e o Peru, bem como sobre os respectivos estudos nacionais para completar e/ou melhorar a rede viária pertinente.
2. - Estudo integral da viabilidade da obra, enfatizando os traçados alternativos, onde couberem.
- 3.- Zonas Franças: estudos de possíveis locais, características e facilidades recíprocas que ambos os países poderiam conceder-se.

JCB
S-

INSTALACION Y 1ª REUNION DE LA COMISION DE INTERCONEXION VIAL Y
ZONAS FRANCAS

En la ciudad de Brasilia entre el 26 y 27 de se
tiembre de 1989, se llevó a cabo la Instalación y Primera Reunión
de la Comisión Peruano-Brasileña de Interconexión Vial y Zonas -
Francas, creada en el marco de la Comisión de Coordinación Perua
no-Brasileña.

La delegación del Perú estuvo presidida por el
Ministro Jorge Voto Bernaldes Gatica, Director de América I de la
Sub-Secretaría de Política Bilateral del Ministerio de Relacio--
nes Exteriores.

La Delegación del Brasil estuvo presidida por -
el Consejero Carlos Alberto Simas Magalhães, Jefe de la División
de América Meridional II de la Sub-Secretaría de Asuntos Bilate-
rales del Ministerio de Relaciones Exteriores.

La nómina completa de ambas Delegaciones figu--
ra en los Anexos I y II de la presente Acta. La instalación con
tó con la presencia del Embajador del Perú en Brasil señor Hugo
Palma Valderrama. El Jefe de la Delegación de Brasil, Consejero
Carlos Alberto Simas Magalhaes al dar la bienvenida a la Delega-
ción del Perú expresó sus mejores votos por el éxito de las labo
res de la Comisión que instalaba, pues esta es una manifestación
de la voluntad de los Gobiernos de Perú y Brasil de establecer -
un mecanismo idóneo para el desarrollo de la interconexión vial
a partir de lo señalado en el Convenio de 1981, suscrito y debi-
damente perfeccionado por ambos Gobiernos.

Seguidamente hizo uso de la palabra el Embajador
Hugo Palma quien expresó la complacencia del Gobierno peruano por

el establecimiento de la Comisión que significa un paso concreto en el tratamiento de la interconexión vial de fundamental importancia para el desarrollo de la cooperación e integración fronteriza entre ambos países y a nivel latinoamericano.

Manifestó igualmente que a la Comisión interesa conocer, en el ámbito institucional de los gobiernos, el desarrollo de todos los asuntos relativos a esta interconexión y los acuerdos complementarios que atenderán los aspectos derivados de su utilización.

Bajo la presidencia del Jefe de la Delegación de Brasil, se inició la Primera Sesión Plenaria.

A continuación se aprobó la Agenda de la Reunión que consta como Anexo N° 3 a la presente Acta.

En nombre de su Delegación, el Ministro Voto Bernales hizo una apreciación inicial sobre el desarrollo de cada uno de los puntos de la agenda. En cuanto al intercambio de informaciones resaltó que al abordarse el tratamiento de la interconexión debía tenerse en consideración la existencia de varias alternativas para el trazado en territorio peruano, ya que el único tramo definido hasta el momento era el de Iñapari-Puerto Maldonado. En consecuencia sería necesario identificar la ruta más adecuada para llegar a un punto final en el Pacífico. También enfatizó que en cualquiera de las alternativas, la interconexión en el Perú requeriría de importantes obras de construcción de nuevas vías, así como de mejoramiento y rehabilitación de otras. Se refirió asimismo a la consideración que debe prestarse a la situación y capacidades potenciales de los puertos para el manejo de la carga.

Con relación al estudio de factibilidad, recordó que los Presidentes, en su Declaración Conjunta de mayo de 1989, se habían comprometido a iniciar acciones previstas en el

Acuerdo de Interconexión Vial de 1981, entre las cuales se destacaba la formulación de estudios. Manifestó que el carácter integral de esos estudios se refería no solamente a la evaluación de las rutas alternativas en función de los costos, sino también a la incorporación de nuevos espacios geográficos a las respectivas economías, lo cual reforzaría la relación costo-beneficio - con miras a dar mayor sustentación económica a la obra.

Informó, finalmente, con respecto al punto de zonas francas, que en el parlamento peruano estaba en discusión - un proyecto de Ley de Zonas Francas, destinado a crear el marco legal del cual posiblemente se derivarían los acuerdos bilaterales sobre diferentes regímenes de facilidades, entre ellos los depósitos francos y las zonas industriales para la exportación. Expresó el interés de su delegación de recibir información sobre la experiencia de Brasil en la materia.

El Jefe de la Delegación brasileña, hizo luego algunos comentarios de orden general sobre los temas de la agenda. Resaltó que el gobierno brasileño desea concluir, en los plazos más convenientes, el proceso de interconexión vial con el Perú. En este sentido, mencionó la coincidencia de atribuir, en las actuales circunstancias, prioridad al esquema de integración acordado en el Convenio de 1981. Sin embargo, para la Delegación brasileña tal prioridad no excluye la posibilidad de examinar con las autoridades peruanas otras alternativas de interconexión, en especial la que uniría la ciudad brasileña de Cruzeiro con la peruana de Pucallpa. En lo referente a los temas I y II de la Agenda, el Jefe de la Delegación brasileña recordó la clara interconexión existente entre la carretera propiamente dicha y los puntos finales de la misma en el lado del Pacífico. En ese sentido, era fundamental que el asunto de los puertos del Pacífico en territorio peruano fuese cuidadosamente examinado con miras al diseño final de la carretera. Mencionó la necesidad de buscar fórmulas adecuadas de financiamiento para el estudio de

factibilidad, así como el cuidado necesario con los asuntos de medio ambiente. Sugirió la conveniencia de establecer el cronograma para las actividades futuras de la Comisión.

En lo que se refiere a las zonas francas, el Jefe de la Delegación brasileña recordó que no existe precedente en la legislación brasileña de zonas francas binacionales. Ciertamente, tal iniciativa exigiría un esfuerzo importante de armonización de las legislaciones. Sin embargo, la Delegación brasileña está dispuesta a profundizar el asunto a nivel de Grupo de Trabajo, sin descartar la hipótesis de concesión recíproca de depósitos aduaneros en territorio brasileño y peruano.

Para el desarrollo de los puntos de la Agenda se acordó la Formación de dos Grupos de Trabajo:

- a) Interconexión Vial, y
- b) Zonas Francas

El 27 de setiembre se llevó a cabo la Segunda Sesión Plenaria durante la cual fueron alcanzados los siguientes resultados:

Tema 1.- La delegación del Brasil informó detalladamente sobre la vinculación de Porto Velho, capital del Estado de Rondonia, a la red vial nacional hasta los puertos brasileños en el Atlántico, y sobre el estado de las carreteras de esa capital hasta Río Branco, Brasileia y Assis Brasil, en el Estado de Acre. Al respecto, entregó informaciones escritas a la Delegación peruana. La Delegación del Perú indicó verbalmente las alternativas de interconexión a partir de Puerto Maldonado y entregó a la Delegación de Brasil mapas viales del Perú y los diagramas viales de los departamentos del Sur del país, resaltando las rutas que podrían formar parte de la interconexión. Asimismo, entregó información documentada sobre las facilidades actuales de operación de los

puertos de Ilo y de Matarani. También hizo referencia a las posibilidades del transporte intermodal carretero/ferroviario.

Tema 2.- Ambas delegaciones sugirieron que para realizar los estudios, será conveniente intentar reducir y señalar las opciones que deberían darse en torno a dos alternativas.

Las dos Delegaciones reiteraron la importancia de los diagnósticos que vienen siendo efectuados por misiones técnicas al Perú coordinadas por la Agencia Brasileña de Cooperación, conscientes de la importancia del desarrollo de la zona fronteriza peruano-brasileña, con miras al desarrollo regional integrado del Estado de Acre y del Departamento de Madre de Dios.

Tema 3.- La delegación del Perú señaló el interés de vincular el proceso de interconexión vial con el establecimiento de zonas francas en algunos de los puntos de dicha interconexión, informando sobre el Decreto Supremo 071/89 del 1/9/89 que otorga facilidades de comercio para una Zona de Tratamiento Especial de Tacna con la finalidad de promover el desarrollo socio-económico de la región Moquegua-Tacna-Puno destinado a establecer una mayor vinculación con las regiones fronterizas del Brasil, a través del Departamento de Madre de Dios. Mencionó, asimismo que el Congreso Peruano tenía en estudio el Proyecto de Ley de Bases de Zonas Francas y Zonas de Tratamiento Especial, para fomentar la creación de polos de desarrollo industrial orientado a la exportación y alentar la integración.

La Delegación de Brasil resaltó que la propuesta de establecimiento de zonas francas partió del Gobierno peruano, y mencionó la posibilidad de que la acción correspondiente se restrinja a la creación de almacenes aduaneros.

A continuación la delegación brasileña hizo entrega de la legislación vigente sobre la Zona Franca de Manaus sobre la creación de las Zonas de Procesamiento de Exportación señalando las diferencias específicas entre ambos esquemas.

Delegación brasileña expresó la disposición del Ministerio del Interior, al cual se vincula la SUFRAMA, de cooperar en lo referente a la organización e instalación de Zonas Francas ya que, a la fecha, ambas instituciones estaban ejecutando programas de apoyo a terceros países.

La Comisión examinó los resultados de los Grupos de Trabajo y aprobó las siguientes

Recomendaciones:

- 1.- Que la parte peruana defina un número reducido de alternativas de trazado de la ruta de interconexión vial con el Brasil, con miras a someterlas a un estudio de factibilidad.
- 2.- Explorar conjuntamente las posibilidades de transporte intermodal a partir del Departamento de Puno, hasta la costa del Pacífico.
- 3.- Propiciar una reunión Técnica bilateral que examine las facilidades actuales y potenciales para el manejo de carga en los puertos de Matarani e Ilo.
- 4.- Recomendar a los dos Gobiernos que, teniendo en cuenta los parámetros anteriormente citados, busquen conjuntamente los medios de financiamiento adecuados a los estudios de factibilidad de las alternativas de interconexión.
- 5.- Establecer un Grupo de Trabajo para examinar las formas de cooperación brasileña y peruana para el desarrollo e instalación de Zonas Francas en el Perú y analizar las modalidades y lugares para el otorgamiento de facilidades recíprocas, en función del comercio, el desarrollo integrado y la complementación económica.
- 6.- Elaborar un cronograma para registrar los avances de los trabajos de la Comisión. Sobre este asunto, ambas Delegaciones concordaron en convocar, en el primer semestre de 1990, las reunio-

nes técnicas previstas en los ítems 3 y 5.

La Comisión acordó que el lugar y sede de la próxima reunión será determinado por la vía diplomática.

Hecho en Brasilia, el 27 de setiembre de 1989,
en dos originales en lengua portuguesa

Por la delegación del Brasil

Por la delegación del Perú

PARTICIPANTES POR EL BRASIL:

Carlos Alberto Simas Magalhães	DAM-II/MRE
Silvio Romero Granville	SAM/MINTER
Eduardo G. Affonso Penna	DAM-II/MRE
José Belizario Nunes	SAM/MINTER
Márcia Donner	DHM/MRE
Renato Antonio Henz	MA/CINGRA/DRIN
Otalício Rodrigues de Assumpção	DNER
Jayme Corrêa de Sá	Rep. do Governo Estado A
Hermes Ricardo Matias de Paula	SADEN/PR
Ricardo Torres de Castro	ABC/MRE
Jamil da Silva	SUFRAMA
Ailton Meireles de Sousa	MF/SRF
Magdo Soares	STR/MT
Cynthia Mendonça	SCAL/MT
Luzenilda Almeida de Sousa	STR/MT
Edilson Carlini	SADEN/PR
Priscilla de A. Castro Argolo	ABC/MRE

ANEXO Nº 2

DELEGACION DEL PERU:

- Ministro Jorge Voto Bernales Gatica, Director de América I de la Sub-Secretaría de Política Bilateral del Ministerio de Relaciones Exteriores.
- Ministro Consejero Marco Carreón, de la Embajada del Perú en Brasilia.
- Primera Secretaria Ana Marina Alvarado de Díaz, Jefe del Departamento del Brasil y del Tratado de Cooperación Amazónica del Ministerio de Relaciones Exteriores.
- Segundo Secretario Thierry Roca Rey, de la Embajada del Perú en Brasilia.

ANEXO Nº 3

A G E N D A

1. Intercambio de información sobre el estado en que se encuentran los diversos tramos de la carretera que interconectará al Perú y Brasil, así como de los respectivos estudios nacionales para completar y/o mejorar la red vial pertinente.
2. Estudio integral de factibilidad de la obra, señalando los trazados alternativos donde corresponda.
3. Zonas Francas: estudios de posible lugares, características, facilidades recíprocas que podrían ambos países otorgarse, etc.